Análise Social, pp. 2-36

A receção das Luzes e a circulação de ideias económicas: a formação da primeira biblioteca económica portuguesa? A receção de novas ideias económicas em Portugal é associada ao final de Setecentos, quando surgem figuras como Rodrigo de Sousa Coutinho, e instituições dedicadas ao melhoramento económico do país, como a Academia das Ciências de Lisboa. Este texto propõe uma revisão dessa interpretação, defendendo uma periodização mais precoce para a chegada da economia política a Portugal. Com base numa investigação sobre a trajetória e a biblioteca de um "homem de Pombal" (Manuel Pereira de Faria), mostra-se que a circulação de novos saberes económicos e da ciência do comércio já tinha começado nas décadas de 1750 e 1760. O texto argumenta ainda que estes saberes constituíram um fator-chave na cooptação de homens como Pereira de Faria para o Erário Régio, o que nos ajuda a revisitar a intersecção entre ciência e as reformas das Luzes.
PALAVRAS-CHAVE: economia política; história do livro e das bibliotecas; Ilustração; marquês de Pombal.

The Reception of the Enlightenment and the Circulation of Economic Ideas: The Formation of the First Portuguese Economic Library? The reception of new economic ideas in Portugal has generally been associated with the late eighteenth century, when figures such as Rodrigo de Sousa Coutinho emerged, alongside institutions devoted to the country's economic development, such as the Academia das Ciências de Lisboa. This article challenges this interpretation by arguing that political economy reached Portugal earlier than has generally been assumed. Drawing on research into the life and library of a member of Pombal's administrative network (Manuel Pereira de Faria), it shows that the circulation of new economic knowledge had already begun in the 1750s and 1760s. The article further argues that this knowledge played a key role in Pereira de Faria's recruitment into the Royal Treasury (Erário Régio), thereby offering an opportunity to revisit the intersection between knowledge and Enlightened reformism.
KEYWORDS: political economy; history of books and libraries; Enlightenment; Marquis of Pombal.

https://doi.org/10.31447/45675 | e45675

MIGUEL DANTAS DA CRUZ

A receção das Luzes e a circulação de ideias económicas: a formação da primeira biblioteca económica portuguesa?

INTRODUÇÃO

A assimilação e discussão de novas ideias económicas irradiadas a partir de França, Reino Unido, Itália e Espanha parece ser um processo relativamente tardio em Portugal. Como vem sendo salientado pela historiografia, a emergência da economia política no contexto mais vasto das Luzes, como área autónoma do saber, também muito ligada à emergência da "ciência do comércio", só parece ocorrer a partir das duas últimas décadas do século XVIII. É nessa altura que vemos aparecer a Academia das Ciências de Lisboa (1779) e a Casa Literária do Arco do Cego (1799), onde se apresentaram memórias e propostas para o melhoramento económico do país e do seu império.[1] É nessa altura que aparecem as grandes referências intelectuais da nova ciência económica, como D. Rodrigo de Sousa Coutinho, José Rodrigues de Brito, o baiano José da Silva Lisboa e o abade José Correia da Serra.

Foi já no início de Oitocentos, mais concretamente entre 1804 e 1805, que se assistiu àquela que terá sido a mais célebre polémica em matéria de economia política, que opôs Rodrigues de Brito a Silva Lisboa. O primeiro estava comprometido com as propostas fisiocráticas avançadas em meados do século XVIII, enquanto o segundo era um acérrimo defensor dos argumentos de Adam Smith e da sua obra *The Wealth of Nations* (1776), chegando mesmo a acusar os adversários de sofrerem de "agromania" (Cardoso, 1989, p. 289).

1 Ver, por exemplo, as múltiplas fontes publicadas por Cardoso (1987, 1990-1991, 2025). Ver também Campos et al. (1999), Boschi (2006), Wegner (2004) e Curto (2007).

Terá sido depois da queda do marquês de Pombal, e do parcial recuo de uma agenda legislativa sempre conduzida com grande intransigência, que a nova área do saber emergiu de forma mais ou menos incontestada. Apesar de Sebastião de Carvalho e Melo não ter sido completamente imune à influência de economistas franceses e ingleses, incluindo Charles King e William Petty (1623-1687),[2] e não obstante a centralidade que os temas comerciais e industriais adquiriram na sua governação, o dirigismo cultural pombalino estaria menos disponível para um debate aberto de ideias económicas importadas.[3] Mesmo aqueles que mais influenciaram Pombal noutras frentes e dos quais se poderia esperar alguma originalidade em matéria de reflexão económica, estariam grandemente desatualizados. O ilustrado Ribeiro Sanches será um caso paradigmático, preso que estava ao mercantilismo mais tradicional, como mostrou José Vicente Serrão (1986).

Também não se pode dizer que essas ideias económicas fossem especialmente fraturantes na sociedade de Antigo Regime. Não o seriam em Portugal, nem o foram na Europa. Pelo contrário, tardo-mercantilistas, como Forbonnais, ou os fisiocratas, liderados pelo marquês de Mirabeau (1715--1789) e por François Quesnay (1694-1774), inserem-se firmemente na corrente mais moderada das Luzes, explorada por Jonathan Israel.[4] Ao contrário do que acontecia com outros temas de reflexão, esta vertente das Luzes não colocava normalmente em causa a ortodoxia religiosa, nem a autoridade política (Robertson, 2013, p. 30), o que deveria facilitar a sua disseminação e circulação. Em muitos casos, haveria uma evidente cumplicidade entre autoridades políticas e homens como Gournay (1712-1759), que foi intendente do comércio em França e que tirou proveito do seu lugar na administração pública francesa para formar uma rede de discípulos especialmente ativos na publicação e tradução de textos económicos.[5]

Muitos dos remédios económicos propostos reforçavam, intencionalmente ou não, a autoridade dos príncipes (Théré, 1998, p. 19). É significativo que o despotismo ilustrado, assim como o congénere cameralismo da Europa

2 Ver catálogo publicado por José Barreto (1986, pp. 171-177).

3 Sobre esta ideia de "dirigismo cultural", ver Araújo (1999a).

4 Sobre as correntes mais ou menos moderadas das Luzes, ver, por exemplo, o controverso trabalho de Jonathan Israel (2001, 2006 e 2011). Sobre as muitas críticas, ver o balanço de John Eigenauer (2019).

5 Entre os amigos e seguidores de Gournay estavam alguns dos mais importantes intelectuais e funcionários franceses do período: Herbert, Butel-Dumont, Morellet, Turgot, Coyer, Clicquot de Blervache, Trudaine de Montigny, Carlier, Auffray, Roland de la Platière, Duhamel du Monceau ou o barão de Secondat (filho de Montesquieu). Ver Loïc Charles (2011, p. 87).

Central,[6] interessados em explorar recursos minerais, florestais e agrícolas de forma mais intensiva, tivessem estabelecido lugares para professores de economia política no ensino superior a partir de meados do século XVIII. Esses foram os casos de Antonio Genovesi (1712-1769) em Nápoles, Joseph von Sonnenfels (1732-1817) na Áustria, Cesare Beccaria (1738-1794) em Milão, e Ramón de Salas (1754-1827) em Salamanca (Outram, 2014, p. 51). A este processo de recrutamento alargado de talentos para o serviço num Estado em expansão já se chamou "Revolução Burocrática" (Torrance, 1978).

Além disso, mesmo que a ciência do comércio de Gournay e os fisiocratas avançassem propostas suscetíveis de provocar alguma forma de resistência, isso não significa que essas propostas tivessem sido incapazes de penetrar no universo social e cultural português. Portugal esteve, na verdade, aberto a debates verdadeiramente incómodos, pelo menos desde o final do século XVII, como tem vindo a insistir Ana Cristina Araújo (2003); confirmando, de resto, trabalhos anteriores de autores como Silva Dias ou Rómulo de Carvalho, que, entre outros, lançaram luz sobre os progressos dos modelos de racionalidade técnico-científica em Portugal. Tudo ao arrepio dos ditames religiosos do país (Dias, 2006 [1952]; Carvalho, 1956 e 1985; Matias, 1988, entre muitos outros).

As bibliotecas, manifestações institucionais do espírito das Luzes por excelência (Bivens-Tatum, 2011), e que aqui me interessam em especial, parecem confirmar a chegada relativamente tardia de novas ideias económicas a Portugal. Embora contenha autores de primeira importância como são os casos de Thomas Mun (1571-1641), Josiah Child (1630-1699) ou Pierre Daniel Huet (1630-1721), a biblioteca de Sebastião de Carvalho e Melo em Londres é do início da década de 1740 (Barreto, 1986, pp. 171-177) e, portanto, nunca poderia beneficiar da avalanche editorial francesa das décadas de 1750 e 1760 (o catálogo da coleção que Pombal deixou em Oeiras, que é posterior e ainda está por estudar, poderá, contudo, revelar uma realidade distinta). As primeiras estantes económicas significativas parecem surgir somente em meados da década de 1790, por intermédio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho e do abade Correia da Serra, figuras cimeiras da Ilustração portuguesa, que possuíam bibliotecas com 77 e 85 títulos de economia, respetivamente (Cardoso, 2019, 2026).[7] Este texto propõe uma leitura alternativa desta cronologia, notando

6 Convém não exagerar as semelhanças entre o que era um regime político e a doutrina de governo. Cf. Scott (1990, p. 15).

7 Existe ainda uma outra biblioteca particular de natureza económica de 1791, que pertencia a Baltazar Pinto de Miranda, negociante e colega de Manuel Pereira de Faria no Erário Régio, presentemente a ser explorada pelo autor, e que parece bastante prometedora. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante, ANTT), Feitos Findos, Inventários *post mortem*, Letra B, mç. 52, n.º 7.

que a constituição de bibliotecas de novas ideias económicas principiou na década de 1760, senão mesmo na década de 1750. A vaga de livros que escapou ao embaixador Carvalho e Melo chegava afinal a Portugal em meados de Setecentos, e com ela novas formas de apreender e explicar a realidade económica e que configuraram a emergência da economia política e do seu enfoque na produção e distribuição de riqueza.[8]

O texto não pretende argumentar que existia, nessa altura, um ambiente de intensa troca de ideias entre um conjunto alargado de indivíduos, semelhante ao da rede que Rodrigo de Sousa Coutinho e os luso-brasílicos da geração de 1790 integraram, e que serviu ao futuro conde de Linhares para difundir *The Wealth of Nations* (ver, em particular, Coutinho, 2023, pp. 66-77, e Cardoso, 2025). Tão-pouco se pretende discutir a existência de sectarismo entre correntes de pensamento económico. Portugal esteve ao abrigo de conflitos entre diferentes correntes intelectuais até ao início de Oitocentos, à semelhança do que aconteceu noutros países importadores líquidos de ideias económicas (Cardoso, 2017, p. 33). Como lembrou Daniel Roche (2000, p. 152), mesmo em França, onde o sectarismo acabou por triunfar, houve períodos em que foi possível uma certa coabitação entre tardo-mercantilistas, fisiocratas e liberais. Mas o texto aponta para um apetite latente por aquilo que de mais moderno se publicava, sobretudo em França. Com o auxílio de um catálogo de uma biblioteca particular de um grande negociante de Lisboa, chamado Manuel Pereira de Faria, o artigo vai em busca dos sinais que apontam para a aquisição e gradual assimilação de textos das principais referências do mercantilismo tardio, dos fisiocratas e mesmo dos primeiros adeptos do *Laissez-faire*. A este respeito, importa lembrar que, para muitos dos interessados em temas económicos, não existiam as fronteiras teóricas rígidas que a disciplina viria a consagrar. Como notou Sophus Reinert (2011, pp. 2-8), o mercantilismo não desapareceu no século XVII. Aquilo que viria a ser designado por mercantilismo continuou, na verdade, a ser objeto de leitura e a entrelaçar-se com formulações mais recentes, sem causar particular estranheza aos leitores. A história do pensamento económico não ficou definitivamente marcada por uma "marcha triunfal" do liberalismo clássico, como uma interpretação mais *Whig* da história poderia fazer crer.

Este trabalho dialoga igualmente com a história do livro e revisita a intersecção entre a prática comercial e a reforma administrativa, recuperando-se a

8 Não cabe aqui debruçarmo-nos sobre a definição de economia política, lembrando somente que a disciplina só se consolidou na segunda metade de Setecentos, e sobretudo a partir da chegada da economia clássica. Isto não quer dizer, como escreveu Sophus Reinert (2011, pp. 2-8), que aquilo que viemos a associar à economia clássica, como o *Laissez-faire*, correspondesse à forma dominante de apreender realidades económicas durante a Ilustração.

trajetória de um homem que foi recrutado para servir num cargo de primeira importância no novo Erário Régio (1761-1762), muito por conta da sua experiência e conhecimentos. Como já foi sublinhado para outros contextos político-sociais, durante o mesmo período, o patrocínio político raramente seria incompatível com o esforço de profissionalização dos quadros públicos e científicos do Estado português (e.g., Curto, 2007, p. 260). A rede de Rodrigo de Sousa Coutinho e dos luso-brasílicos que circularam pela Europa, para serem incorporados depois no governo da monarquia, volta a demonstrar isso com especial acuidade.

Ainda que com as limitações de uma investigação em curso, o texto procura mostrar que a atividade do contador-geral do Erário Régio refletia, pelo menos em parte, as leituras que fazia.

LIVROS E BIBLIOTECAS EM TEMPOS DE MUDANÇA

Os trabalhos sobre as livrarias particulares do século XVIII apresentam sinais de sentido discordante. Por um lado, fala-se de rearrumação de saberes, o que remete para o movimento das Luzes e para a crise da "consciência europeia" de Seiscentos (Curto e Gonçalves, 2015, p. 59), e fez disparar o gosto racionalista pelas ciências naturais e pelas ciências matemáticas (Lisboa, 1993, p. 7). Por outro lado, verifica-se a persistência de tradições bibliófilas que vinham dos séculos XVI e XVII. Temas, autores e estilos literários da Antiguidade parecem dominar as estantes de todos aqueles que constituíram ou herdaram bibliotecas na Europa de Setecentos. Portugal não será, a esse respeito, excecional. Baseado num *corpus* de 600 catálogos impressos entre 1665 e 1830, o projeto de investigação *Digitizing Enlightenment – MEDIATE*[9] mostrou como as bibliotecas particulares europeias estavam ainda grandemente preenchidas pelos autores clássicos, de Ovídio a Virgílio, de Horácio a Cícero. Erasmus e Grócio, seguidos de muito longe por Fénelon, autor de *Les Aventures de Télémaque* (1692; traduzido para português em 1765), são os autores modernos mais representados nestas bibliotecas europeias (Montoya, 2021, pp. 917-919). A mesma investigação revelou ainda a presença significativa de livros religiosos, que incluem breviários, missais, catecismos e muitas obras devocionais e sermões. O papel dos autores clássicos nos *curricula* e a emergência de antiquários de livros explicam, em boa medida, esta preponderância. Já foi argumentado que esta preponderância dos clássicos nas livrarias privadas poderia

9 Ver https://www.mediate18.nl/. Ver também Book Sales Catalogues Online (BSCO), https://www.jaceklewinson.com/online/article/Brill-Book-Sales-Catalogues-Online e English Book Owners Online (BOO) https://bookowners.online/.

provar, até certo ponto, que os "antigos" saíram vencedores da famosa querela com os "modernos" (e.g., Edelstein, 2010).

Na segunda metade de Setecentos, o livro e as bibliotecas eram ainda poderosos símbolos de afirmação social. Localizadas nas divisões mais nobres das casas de Lisboa, as bibliotecas eram espaços de reflexão e debate, espelhando ao mesmo tempo a forma como o seu proprietário queria ser percecionado pelos seus pares. A materialidade das obras era também importante, em especial o formato e a qualidade de papel. Como lembrou Robert Darnton (2007, p. 498),

> In earlier times people looked at the material substratum of books, not merely at their verbal message. Readers discussed the degrees of whiteness, the texture, and the elasticity of paper. They employed a rich esthetic vocabulary to describe its qualities, much as they do for wine today.

Verificaram-se também novos hábitos de leitura, num movimento que já se denominou *Reading Revolution*; conceito controverso engendrado por Rolf Engelsing (1974) para o mundo protestante, que defendia que a leitura intensiva e repetitiva do cânone tradicional – essencialmente, um pequeno número de obras religiosas – foi substituída por leituras mais abrangentes, mas também mais superficiais, de um cada vez maior número de obras com diferentes conteúdos. Numa sociedade menos focada no imperativo religioso, uma leitura mais extensiva era caracterizada pela vontade de consumir novos e variados materiais de informação, para usufruto e entretenimento particulares (Wittmann, 1999, p. 285).

O ecletismo que os estudos sobre as bibliotecas portuguesas no período das Luzes vão expondo, com a eventual exceção das bibliotecas conventuais (quase exclusivamente compostas por obras religiosas; Campos, 2021, 2024), foi acompanhado pela emergência de bibliotecas profissionais. Os trabalhos de Nuno Camarinhas (2009), Ana Cristina Araújo (1999b) e Fernanda Campos (2020) mostraram que pelo menos alguns letrados e oficiais militares reservaram muitas estantes das suas bibliotecas para acomodar títulos sobre direito e arte militar. Dos 437 volumes existentes no inventário do brigadeiro José da Silva Paes, 90 tratavam temas direta ou indiretamente ligados à sua profissão, sobretudo obras de geometria e trigonometria (Araújo, 1999b, p. 159).[10]

10 Surpreendentemente, algumas destas coleções foram avaliadas por valores muito baixos, independentemente dos temas mais representados (Araújo, 1999b, p. 160; Camarinhas, 2009, p. 17). A biblioteca de Silva Paes correspondia a pouco mais de 1,5% do seu património líquido. Na verdade, o soldo que este recebia em dois meses, enquanto brigadeiro, ou mesmo como →

O texto de Diogo Ramada Curto e Paula Gonçalves sobre a Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros aponta para dinâmica semelhante. Aí ganhou forma um verdadeiro cânone da cultura diplomática nacional (Curto e Gonçalves, 2015, p. 37).

A circulação de autores proibidos era fortemente condicionada pela existência de censura. No entanto, como já foi demonstrado à saciedade, todos os regimes censórios vigentes em Portugal entre 1576 e 1821 não constituíram um obstáculo intransponível à circulação ou à aquisição de livros proibidos (Martins, 2001). Mesmo os residentes no Brasil conseguiam obter obras consideradas perigosas, por vezes de forma clandestina, outras vezes legalmente. Tinha sido instituído, no final do século XVIII, um sistema de requerimentos para leitura e/ou posse de obras proibidas, que estava à disposição dos colonos luso-brasileiros, da mesma forma que se praticava no reino (Villalta, 2015, p. 275).

A 10 de julho de 1769, em resultado de um ímpeto controlador de grande tradição, o governo pombalino decretou que todos os proprietários de livros enviassem catálogos fiéis das suas livrarias para a Real Mesa Censória. A medida abrangia agentes económicos diretamente ligados ao comércio dos livros, como livreiros, impressores e mercadores de livros, mas também particulares e corporações, como as universidades, as ordens religiosas e as guildas. Foi nesse contexto que se redigiu o catálogo da biblioteca de Manuel Pereira de Faria que este artigo pretende explorar. Antes, porém, importa revisitar o percurso de um homem cujos interesses intelectuais desafiam algumas convenções da sua classe.

DO MINHO PARA LISBOA, ENTRE A CASA DE NEGÓCIO E A REPARTIÇÃO PÚBLICA

A trajetória de Manuel Pereira de Faria não se diferencia significativamente da dos seus pares. Como muitos outros negociantes de grosso trato, era originário do Minho. Na sua habilitação à Ordem de Cristo, que solicitou em 1761, diz-se que nasceu na freguesia de Sampaio em 1720, termo de Barcelos, e que procedia de família distinta. O pai, Manuel Pereira, era capitão de ordenanças e, tal como os avós paternos António Pereira e Domingas Manuel, e os avós maternos Domingos de Faria e Ana de Faria, era originário do Minho. Os avós eram lavradores, sempre com criados, que viviam à lei da nobreza.[11]

coronel, seria suficiente para pagar toda a sua biblioteca. Como exemplo, ver os soldos do regimento do Pará: AHU_ACL_CU_013 [Pará], Cx. 69, doc. 5928.

11 ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15, fl 14.

A sua habilitação à Ordem de Cristo refere também que se teria interessado inicialmente pelos "estudos", realizados "especialmente na cidade de Braga".[12] Este será o primeiro sinal de originalidade, na medida em que esta opção escolar não era vulgar entre o seu grupo. O gosto pelo saber, evidente na juventude, justifica a constituição futura da sua biblioteca, mas não terá sido suficiente para o levar para Coimbra. Num dado momento, mudou-se para Lisboa, onde se juntou ao tio, Custódio Ferreira Goes, que já estava envolvido no comércio de grosso trato e na arrematação de contratos reais (ainda que como agente menor).[13] Na casa de negócios do tio, onde terá sido caixeiro, aprendeu o ofício e fez contactos comerciais, inclusive com agentes económicos estrangeiros. Nas provanças, emergem rumores inconvenientes para o aspirante a cavaleiro de Cristo, que se revelaram, afinal, infundados. Manuel Pereira de Faria nunca tinha sido cozinheiro ou criado de servir do seu tio, ao contrário do que fora insinuado por uma testemunha.[14]

Em 1756, Manuel Pereira de Faria também pediu a renovação da carta de familiar do Santo Ofício, pois a original havia desaparecido no Terramoto.[15] O seu nome aparece logo nas primeiras relações de negociantes da praça de Lisboa preparadas pela Junta do Comércio, junto dos grandes financeiros e contratadores da capital.[16] Aparece também ininterruptamente nas listas de negociantes coletados para o pagamento da décima ou derrama, que havia sido acordada com a coroa.[17] Em 1773-1774, por exemplo, contribuiu com 240 000 réis, o que refletiria a riqueza da sua casa de comércio e o volume dos seus negócios.[18] Ainda que esteja longe dos valores avançados pelos nomes mais proeminentes da praça de Lisboa, como José Rodrigues Bandeira e Inácio Pedro Quintela, que avançaram 600 000 réis cada um, o contributo de

12 ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15, fl 16.

13 Ver listas de negociantes compiladas por Jorge Pedreira (1995, I, 167).

14 ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15, fl 16.

15 ANTT, Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, mç. 23, n.º 10.

16 Relação dos Negociantes da Praça de Lx assistentes nas freguesias abaixo declaradas, os quais vão nela insertos pelo que toca ao seu Negócio em grosso somente, e não lojas. ANTT, Junta do Comércio, mç. 62 (cx. 200).

17 Registo dos nomes dos negociantes da Praça […] matriculados e colectados […] para pagamento da décima, ou derrama pelo que pertence […] ao seu negócio em grosso. https://digitarq.arquivos.pt/fileViewer/b2155d3c2f6d4bf3a8f67e92e3739a94?isRepresentation=false&selectedFile=1611335&fileType=IMAGE.

18 Registo dos nomes dos negociantes da Praça […] matriculados e colectados […] para pagamento da décima, ou derrama pelo que pertence […] ao seu negócio em grosso, 1773-1774. ANTT, Junta do Comércio, liv. 372.

Manuel Pereira de Faria ficava muito acima da maioria dos seus pares, que frequentemente não ultrapassava os 50 000 réis.

É verdade que nunca esteve entre a elite mercantil do pombalismo, que incluía os já referidos José Rodrigues Bandeira e Inácio Pedro Quintela, ou ainda João Fernandes de Oliveira e João Pereira Caldas, mas fez parte de um grupo muito restrito de negociantes que esteve em atividade por mais de vinte anos (Pedreira, 1995, I, pp. 134-135). Depois de figurar nas listas em 1766 (sendo provável que a sua atividade tivesse começado muitos anos antes), Manuel Pereira de Faria só desaparece em 1788, ano em que provavelmente faleceu.[19] Sabemos também que, como outros negociantes mais abastados, Manuel Pereira de Faria emprestava avultadas somas a outros agentes económicos. Uma dessas operações de crédito terminou com um recurso interposto em tribunal em 1769, com Manuel Pereira de Faria a reclamar uma dívida de 7 714 410 réis de Domingos Lopes Loureiro, também negociante, acionista da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba, e com arriscados investimentos na rota do Cabo.[20]

Como a sua biblioteca e as suas futuras funções no governo parecem sugerir, Manuel Pereira de Faria interessava-se pelo comércio colonial, e não somente de Portugal. Na sua biblioteca figurava, por exemplo, *Histoire et Commerce des Antilles Angloises. Où l'on Trouve l'État Actuel de Leur Population & Quelques Détails sur le Commerce de Contrebande des Anglois avec les Espagnols dans le Nouveau Monde*, publicado em 1755 por Georges-Marie Butel-Dumont.[21] Por isso, não espanta também que Pereira de Faria tivesse adquirido dez ações da Companhia Geral de Comércio de Pernambuco e Paraíba (notando sempre estarem todas desobrigadas), como vários dos seus mais abastados colegas.[22] Aquando do seu lançamento, cada ação desta companhia tinha um valor nominal de 400 000 réis (Pedreira, 1995, II, p. 388), o que correspondeu a um

19 Relação dos Negociantes matriculados na JC destes reinos e seus domínios que no presente ano de 1787 não devem de pagar Décima de maneio do seu comércio, pelos bairros de sua assistência; os quais têm na mesma Junta justificado os requisitos determinados no parágrafo 2.º do Alvará de 12 de Novembro de 1774. ANTT, Junta do Comércio, mç. 62 (cx. 200).

20 ANTT, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 10, n.º 4, cx. 13.

21 Tinha também um suplemento da *Universal Magazine* (publicada em Londres desde 1747), que ele não consumia habitualmente, sobretudo dedicado às colónias norte-americanas e intitulado "An Account of the English Colonies in North America and of the original inhabitants of that Country". Supplement to the vol. XV of the *Universal Magazine of Knowledge and Pleasure*, 1754, pp. 301-310. https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015011433235&seq=349.

22 ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15.

investimento inicial de quatro contos de réis. Apesar de mais tarde ter emitido opiniões críticas sobre as vantagens económicas das companhias monopolistas para o país,[23] tornou-se, entretanto, deputado da mesma companhia.

Com casa de negócios na freguesia de Santa Catarina,[24] onde muitos dos seus pares estavam também estabelecidos, Manuel Pereira de Faria reproduziu ainda outro tipo de investimento característico do grupo: a aquisição de propriedade fundiária nos arredores de Lisboa (Pedreira, 1995, II, p. 377), no seu caso em Vialonga.[25] Alguns desses investimentos revelaram-se especialmente problemáticos, com diversas ações movidas em tribunal.

Em janeiro de 1762, Manuel Pereira de Faria foi nomeado contador-geral da Repartição de África Ocidental, do Maranhão e das Comarcas do Território da Relação da Bahia do novo Erário Régio.[26] Juntamente com outros negociantes, como José Francisco da Cruz, João Henriques de Sousa, José Luís de Brito e Baltazar Pinto de Miranda, Manuel Pereira de Faria tomou posse no mesmo dia em que Pombal assumiu o lugar de inspetor-geral. Este recrutamento de negociantes verificou-se noutras instituições criadas de novo, nomeadamente na Junta do Comércio, e corresponde a um esforço de reformar o Estado e as suas instituições económicas; um esforço que Alexandre Mendes Cunha (2010) remeteu para os impulsos cameralistas do pombalismo.

Para além do seu conhecimento técnico ou mesmo teórico que poderia eventualmente mobilizar em conversas com colegas ou mesmo com Pombal, importa notar que Manuel Pereira de Faria estava longe de ser um noviço. Estava, na verdade, bem familiarizado com a administração fiscal do país, tendo servido anteriormente como administrador do Consulado da Entrada da Alfândega de Lisboa.[27] Agora, enquanto contador-geral da "África Ocidental, do Maranhão, e das Comarcas do Território da Relação da Bahia", cabia-lhe

23 Ofício de Manuel Pereira de Faria para Martinho de Melo e Castro, sobre os prejuízos que podem resultar, para a Fazenda Real, do estabelecimento de Companhias Exclusivas de Comércio, particularmente o caso da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. AHU_CU_PARÁ, cx. 76, D. 6400.

24 Entre 1761 e 1783, Manuel Pereira de Faria aparece como morador em diversas ruas de Lisboa. Por exemplo, em 1761 residia na calçada que ia para a igreja de São João de Nepomuceno, atual Calçada Salvador Correia de Sá (freguesia de São Paulo) (ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15). Em 1770 aparece como morador na Rua Rosa das Partilhas (ANTT, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 41, n.º 13, cx. 55).

25 Por exemplo, ver ação cível contra Manuel Pereira de Faria. ANTT, Feitos Findos, Conservatória da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, mç. 41, n.º 13, cx. 55.

26 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas (doravante, AHTC), Erário Régio, 461, fl. 2.

27 ANTT, Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo, Letra M, mç. 8, n.º 15, fl 14.

garantir o registo dos créditos e débitos em 27 livros da administração da Fazenda Real, e que iam desde o registo dos rendimentos dos escravos e marfim de Angola ao registo dos dízimos da Alfândega do Pará, passando pelo registo de rendimentos das passagens do rio Juazeiro de Pernambuco, entre muitos outros.[28]

Durante 25 anos, o negociante-funcionário conseguiu compatibilizar as suas funções governativas com as especulações comerciais particulares. A queda de Pombal em 1777 assustou-o, mas não fez descarrilar a sua carreira, ainda que o gabinete de D. Maria I fosse menos sensível aos desafios que estes oficiais enfrentavam para harmonizar o serviço público com as atividades comerciais. Exigências com a indumentária, por exemplo, impediam estes funcionários de seguirem de imediato para as suas casas de negócio no fim do expediente, o que era possível anteriormente (Pedreira, 1995, III, p. 451). Mais tarde, em 1781, Manuel Pereira de Faria foi nomeado escrivão da tesouraria-mor,[29] e em 1786 foi indigitado tesoureiro-mor do Erário,[30] que era o principal oficial da instituição, imediatamente abaixo do marquês de Angeja, seu presidente.

Durante essas décadas, Manuel Pereira de Faria constituiu ainda uma grande biblioteca que reflete um interesse especial por questões fiscais e económicas, mas que revela também a presença de um espírito mais eclético, que abaixo se revisita.

A CONSTITUIÇÃO DE UMA BIBLIOTECA ECLÉTICA

A constituição de uma grande biblioteca não era muito comum entre os grandes negociantes da praça de Lisboa. Jorge Pedreira identificou apenas oito negociantes com bibliotecas avaliadas em mais de 100 000 réis, num universo de 80 homens de comércio (Pedreira, 1995, III, anexo A.4). Existem, é certo, exceções, como eram os casos de João Pereira Caldas e do seu colega no Erário, João Henriques de Sousa, cujas coleções de livros foram avaliadas em aproximadamente um conto de réis; ou Baltazar Pinto de Miranda, outro colega de Manuel Pereira de Faria no Erário Régio, cuja biblioteca correspondia a mais de 25% do valor patrimonial da sua casa. No entanto, na maioria dos casos, o recheio das casas dos negociantes revela, ao invés, uma aposta deliberada na acumulação de outros bens, com preferência evidente por mobiliário, quadros, ourivesaria e prataria. Em média, os livros não valiam mais de 3,6% do valor do recheio das casas dos negociantes estudados por Jorge Pedreira (1995, II, p. 310).

28 Carta de lei de 22 de dezembro de 1762, em Sousa (1785, pp. 470-471).

29 AHTC, Erário Régio, 461, fl. 10.

30 AHTC, Erário Régio, 461, fl. 154.

Havia, na verdade, entre homens ligados ao grande comércio, alguma resistência ao saber académico, por vezes considerado uma distração. Para a cultura mercantil portuguesa, e para a sua congénere europeia, o importante era a experiência adquirida no giro comercial (Roche, 2000, p. 161; Pedreira, 1995, III, p. 434). Os homens do comércio deviam saber ler e escrever com fluência, deviam ter boas noções de aritmética e de boas práticas contábeis (partidas dobradas), da mesma forma que deviam estar familiarizados com a legislação, com os costumes comerciais de diversos países, seus pesos, medidas e moedas. Para alguns escritores franceses e ingleses dos séculos XVII e XVIII, convinha conhecer as línguas vivas, sobretudo as mais utilizadas no comércio, mas o grego e o latim eram absolutamente dispensáveis, e o mesmo acontecia à gramática, à retórica e à filosofia (Pedreira, 1995, III, p. 434).

No que tocava à busca pelo saber, Manuel Pereira de Faria seria, portanto, um caso relativamente invulgar, mas o que continha a sua biblioteca?

Redigido no seguimento do edital de 10 de julho de 1769, o catálogo de Manuel Pereira de Faria estava em conformidade com as disposições do edital que exigiam que os livros fossem classificados de acordo com o *système des facultés*: "Teologia, Jurisprudência, Filosofia, Matemática, Medicina, História e Belas Letras."[31] Era o *système des facultés* que se usava nos leilões de Paris e em boa parte da Europa da segunda metade de Setecentos e mesmo no início do século XIX (Blom, 2020, pp. 203-234; Montoya, 2021, p. 918), o que aponta, mais uma vez, para a persistência da tradição na arrumação dos saberes, apesar dos esforços de modernização que se veem emergir, por exemplo, no *Dictionnaire historique et critique* (1734) de Pierre Bayle (1647-1706), ou mais tarde na *Encyclopédie* de Diderot e d'Alembert (Darnton, 1979; Kafker, 1988; Curto e Gonçalves, 2015).

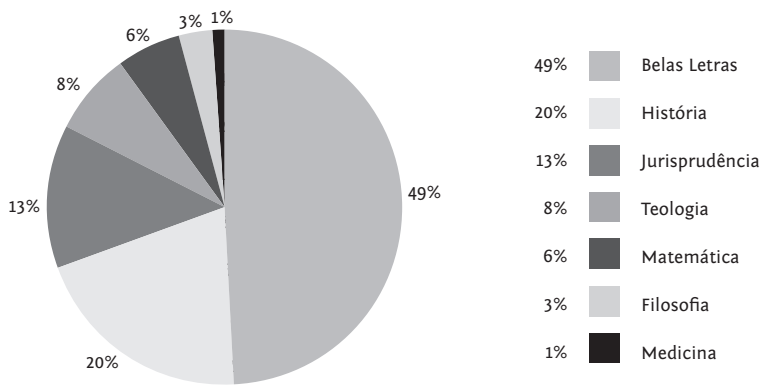
Numa primeira leitura, o catálogo denuncia a preponderância de títulos de Belas Letras, como se pode verificar no gráfico abaixo. No entanto, o *système des facultés* adotado pela Real Mesa Censória é demasiado genérico e coloca

31 De notar, porém, que não existe nenhum exemplar do catálogo de Pereira de Faria nos fundos da Real Mesa Censória, para onde deveria ter sido enviado. Que teria acontecido? Por que razão o contador se coibiu de entregar o documento às autoridades da censura, mas também não o destruiu? Terá procurado ouvir primeiro a opinião de algum colega, que lhe tenha sugerido não enviar o documento para a Mesa, e assim evitar eventuais represálias? Importa referir que o documento parece ter valor estético (talvez mesmo emocional): foi redigido em papel de qualidade e numa letra particularmente elegante, muito diferente dos catálogos que encontramos na Real Mesa Censória. Talvez Pereira de Faria não tenha querido desfazer-se dele, mesmo depois de ter decidido dar-lhe outro destino que não o da Mesa Censória. Estas perguntas bem como outras estão por responder, mas orientam parte da pesquisa que continuou a dedicar à cultura intelectual dos homens que Pombal levou para o Erário.

problemas de interpretação. Por exemplo, algumas obras com conteúdos similares encontram-se em apartados diferentes sem se entender bem porquê. Enquanto a *Recreação filosófica, ou Diálogo sobre a Filosofia Natural, para instrucção de pessoas curiosa*s… (1752-1758) do padre Theodoro de Almeida se encontra registada em Jurisprudência, o *Verdadeiro Metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja*… (1746), de Luís António de Verney, foi remetido para as Belas Letras. Os títulos de teor económico podem estar em Jurisprudência, como é o caso do importantíssimo *Essai sur la nature du commerce en général* de Richard Cantillon (1756); em História, como é o caso do *New Dictionary of trade and Commerce* [*compiled from the information of the most eminent merchants, and from the works of the best writers on commercial subjects, in all languages…*] (1756) de Richard Rolt; e mesmo em Belas Letras, como é o caso de *Restablecimiento de las fabricas y Comercio español* [*Errores que se padecen em las causales de su decadencia, quales son los legítimos obstáculos que le destruyen, e los medios eficaces de que florezca…*] (1750) de D. Bernardo de Ulloa.

Não é por acaso que vários historiadores têm desenvolvido esforços no sentido de criar categorias de classificação bibliográfica alternativas no contexto das suas pesquisas (e. g., Curto e Gonçalves, 2015; Cardoso, 2026; Thé́ré, 1998, entre outros), ainda que se incorra no risco quase inevitável de distorcer os propósitos originais da coleção.

GRÁFICO 1
Catálogo de Manuel Pereira de Faria. Organização de assuntos/système des facultés.



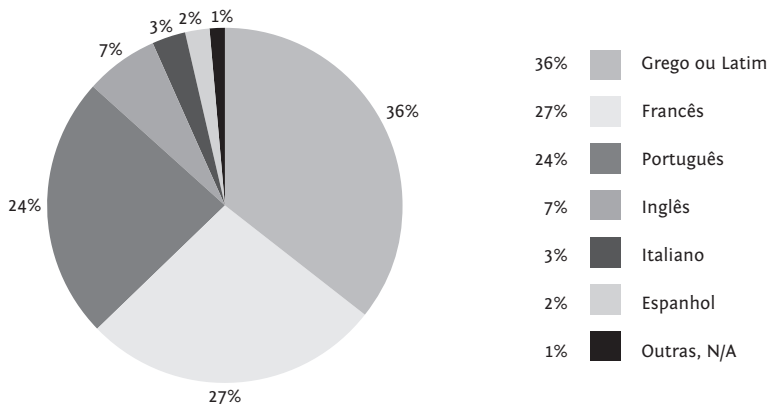
Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio, e morador na Calçada de Santa catarina desta Ci[da]de de Lisboa; o qual faz delle entrega na Secretaria da Real Mesa Censoria em observancia da Ley de 10 de Julho de 1769*. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

O catálogo revela o interesse que Manuel Pereira de Faria teria pelos autores da Antiguidade Clássica, o que não era de modo algum incomum, como já foi dito. Ovídio, Homero, Virgílio, Cícero, Aristófanes, e mesmo os problemáticos Catulo e Terêncio (parcialmente censurados), são uma presença compreensível na biblioteca de alguém que se tinha dedicado aos estudos. A grande maioria deles está em latim e em grego, e alguns em edição bilingue, como é o caso da edição de 1678 da *Historia Eclesiastica et Vita Constantini* de Eusébio de Cesareia.

Como se pode ver no gráfico 2, as línguas clássicas correspondem a mais de 35% dos títulos da coleção. Existem algumas traduções, incluindo traduções de Anne Dacier (1647-1720) e André Dacier (1651-1722), filólogos e editores franceses que ficaram muito famosos em toda a Europa pelas traduções de autores clássicos. No caso da biblioteca de Manuel Pereira de Faria, André Dacier figura como tradutor de *Oeuvres d'Horace* (1727), e Anne Dacier como tradutora de *Les comédies de Térence* (1743). Mas, como acontecia noutros países, as edições em latim e em grego de autores clássicos ou do Renascimento seriam preferidas pelos bibliófilos das Luzes. Retinham, na verdade, um estatuto especial que se confirma na materialidade, e sobretudo no grande formato das obras. Das 265 obras publicadas em grego ou latim, 109 estavam impressas *in-folio*, 62 *in-quatro*, 53 *in-octavo* e apenas 41 *in-duodecimo* ou *sextodecimo*.

A crescente influência do francês é, no entanto, inquestionável, como se vê no quadro abaixo. Não se conhece a forma como a biblioteca foi constituída, mas parece clara a perda gradual de interesse na literatura em latim e em grego.

GRÁFICO 2
Catálogo de Manuel Pereira de Faria. Línguas de edição.



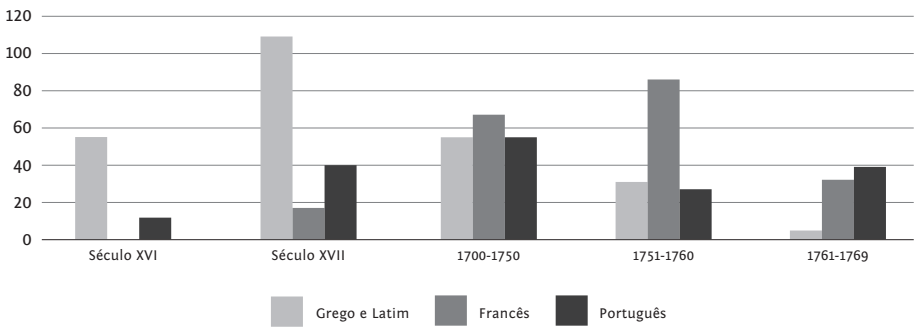
Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

Não é de excluir a possibilidade de a maioria desses títulos terem sido adquiridos na fase inicial da vida de Manuel Pereira de Faria, dedicada aos estudos. Durante a primeira metade do século XVIII, os *curricula* eram ainda completamente dominados pelos autores clássicos ou do cânone católico. Não é também de excluir a possibilidade de parte desta coleção ter sido transmitida por herança, e não receber grande atenção do negociante e contador do Erário Régio, que, entretanto, se começara a interessar por outros temas, invariavelmente publicados em francês. Esse será certamente o caso da literatura económica ou de teor mais contabilístico. Na década de 1750, a biblioteca torna-se, de alguma forma, francesa, interligando-se com as atividades comerciais e as funções públicas do seu proprietário.

A literatura mais recente, referente aos títulos publicados entre 1751 e 1769, parece revelar também uma dimensão mais utilitária no que toca à materialidade e sobretudo à portabilidade das obras. As encadernações *in-folio* deram lugar a encadernações *in-duodecimo,* isto é, quase a livros de bolso. Dos 264 títulos publicados entre 1751 e 1769, somente 25 foram encadernados no formato maior.

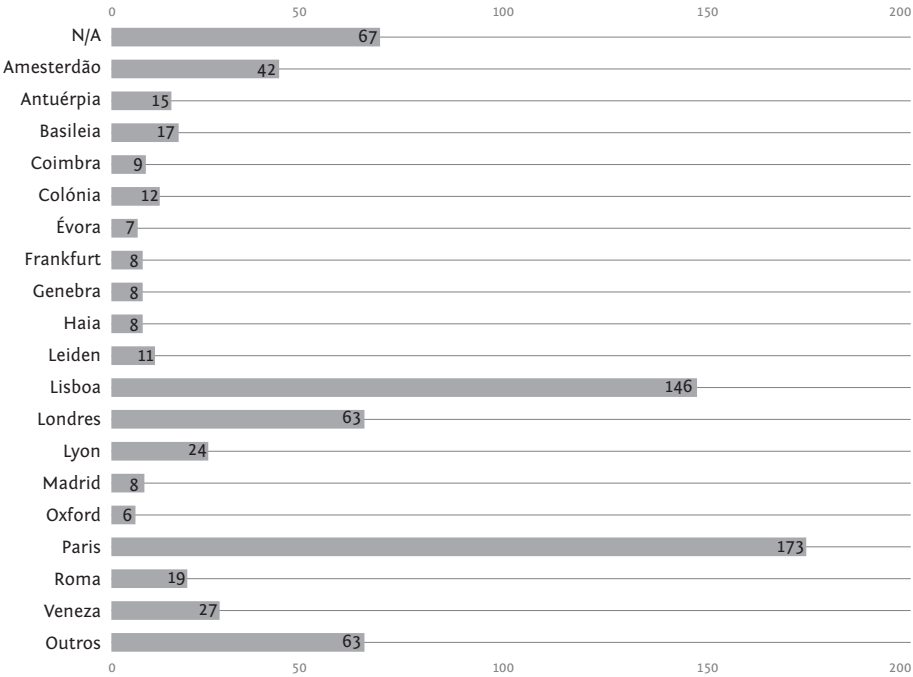
A presença francesa ou do mundo de influência francófila é também dominante no que toca ao local de edição, como se pode confirmar no gráfico abaixo. Para além do que se publicava em francês em Paris ou em Lyon, vários livros impressos nos Países Baixos, na Alemanha, na Grã-Bretanha ou em Itália foram igualmente dados à estampa em francês. No que toca aos impressores nacionais, apenas 31 dos 167 títulos impressos em Portugal saíram em língua estrangeira ou em latim.

GRÁFICO 3
Catálogo de Manuel Pereira de Faria. Períodos de publicação, por língua.



Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

GRÁFICO 4
Catálogo de Manuel Pereira de Faria. Local de edição dos títulos.



Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

A biblioteca, ainda que eclética, revela algumas preponderâncias (para além dos temas económicos), que provavelmente podem ser remetidas para a trajetória inicial de Manuel Pereira de Faria, dedicada aos estudos. Nesse último caso, destaca-se a história religiosa, bem representada pelos 31 volumes de Louis Ellies du Pin (1657-1719); teólogo francês condenado pela Inquisição. Du Pin está, todavia, longe de ser o único autor proibido presente nas estantes de Manuel Pereira de Faria. De forma significativa, existiam outros como Gabriel Mably (1709-1785), Voltaire (1694-1778), D'Alembert (1717--1783) ou Rousseau (1712-1778). Existem também obras ou traduções de autores clássicos ou do Renascimento que, num dado momento, foram condenadas pela Inquisição. Esses são, por exemplo, os casos de Lucrécio (c. 94 a. C.-c. 50 a. C.), Catulo (c. 87 a. C.-c. 54 a. C.), Juvenal (c. 55-128) ou Terêncio (c. 195 a. C.-c. 159 a. C.), cujas obras tiveram de ser adaptadas para o consumo de públicos mais vastos.

A curiosidade intelectual e os desafios profissionais terão, entretanto, contribuído para o reforço de outras áreas do saber na biblioteca, e que

complementavam certamente a estante mais económica do contador-geral. O Direito das Gentes, representado na biblioteca por Pufendorf (1632-1694), presente também na biblioteca de Pombal, e Burlamaqui (1694-1748), entre outros, seria importante para, por exemplo, entender a relação dos indivíduos com o Estado. À imagem de Montesquieu, Jean-Jacques Burlamaqui viria a ter um papel fundamental no desenho da organização política dos Estados Unidos da América, inclusivamente na consagração do decisivo princípio do *judicial review*.

Manuel Pereira de Faria mantinha também na sua biblioteca o *De Jure Belli ac Pacis*, de Hugo Grócio (1583-1645), por conta do seu interesse no Direito Natural, mas também pelo contributo do autor neerlandês para as leis internacionais da guerra e questões de paz e justiça, cujos desenvolvimentos Pereira de Faria procurava seguir. Por esse mesmo motivo vamos encontrar uma literatura relativamente vasta sobre diplomacia, tratados internacionais e neutralidade, e que inclui, entre outros, a longa dissertação de Jean-Yves de Saint-Prest intitulada *The Right of Making War, Peace, and Alliances*, o *Histoire des traités de paix, et autres négociations du dix-septième siècle, depuis la paix de Vervins*, que transcreve a grande maioria dos tratados realizados entre potências europeias entre 1583 e 1678, ou ainda o *De la saisie des bâtiments neutres*, de Martin Hübner (1723-1795), onde se questiona diretamente o direito de apresamento em alto-mar. Algumas destas obras fazem também parte do fundo antigo da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e denunciam o esforço de atualização do Estado português, muito aberto à cultura da diplomacia europeia (Curto e Gonçalves, 2015, p. 38).

Manuel Pereira de Faria interessava-se também pelo tema da educação, estando particularmente atento à polémica desencadeada por Luís António Verney em 1746. Para além do *Verdadeiro metodo de estudar, para ser util à Republica e à Igreja*, a biblioteca contém pelo menos quatro títulos que procuraram dialogar com, ou criticar os, argumentos do grande representante das Luzes em Portugal. São eles: *Balança intellectual em que se pezava o merecimento do verdadeiro methodo de estudar* (1752), de Francisco de Pina e Melo; *Conversação familiar, e exame critico, em que se mostra reprovado o Methodo de estudar, que com o titulo de Verdadeiro…* (1750); *Reflexoens apologeticas à obra intitulada Verdadeiro metodo de estudar: dirigida a persuadir hum novo metodo para em Portugal se ensinarem, e aprenderem as sciencias, e refutar o que neste Reino se pratica* (1748); e *Retrato de mortecor, que em romance quer dizer noticia conjectural das principaes qualidades do autor do verdadeiro methodo de estudar, com o nome Alethofilo Candido de Lacerda* (1749).

No âmbito geral da educação, um tema em particular parecia recolher a atenção de Manuel Pereira de Faria: a educação dos nobres e a forma como

esta deveria contemplar os saberes do mundo do comércio. Ainda que não se tratasse de literatura estritamente económica, as obras de Jean-Étienne d'Autrèpe (1714-1797), de Edme Billardon-Sauvigny (1738-1812), e sobretudo de Gabriel François de Coyer (1707-1782), todas presentes na biblioteca de Pereira de Faria, discutiam e criticavam a antiga incompatibilidade entre o exercício de atividades comerciais e a manutenção de um estatuto social mais elevado. A querela que emergiu em França, e que opôs os defensores das tradições estritamente militares da aristocracia àqueles que defendiam o envolvimento das nobrezas nas atividades comerciais para benefício económico da nação, repercute-se nos escritos de Manuel Pereira de Faria, por exemplo quando este propõe a criação de uma companhia de comércio para a Índia apoiada numa estrutura acionista que teria de incluir todos os grupos sociais e classes.[32]

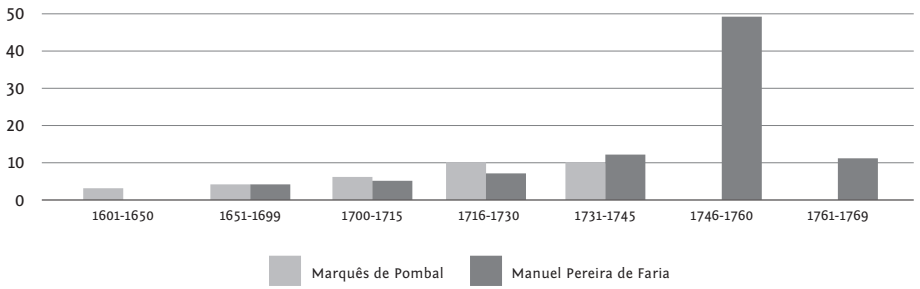
A ESTANTE ECONÓMICA DE MANUEL PEREIRA DE FARIA

Para um conjunto de livros reportado em 1769, a biblioteca de Manuel Pereira de Faria estava muito atualizada no que tocava a obras de teor económico. Metade tinha sido publicada de 1750 em diante (boa parte dos títulos são primeiras edições), o que confirma mais uma vez a explosão desta literatura por toda a Europa, com particular destaque para a produção francesa (Théré, 1998, pp. 10-15). Neste aspeto, como se pode ver no gráfico 5, a biblioteca de Manuel Pereira de Faria diferencia-se da biblioteca de Sebastião de Carvalho e Melo, devendo-se, no entanto, salvaguardar que os catálogos foram elaborados em períodos diferentes.

Na estante económica do contador-geral existem apenas quatro títulos do século XVII, que incluem duas obras de Charles Davenant (1656-1714); economista inglês, membro do partido Tory que ocupou vários cargos na administração central britânica, e era um forte defensor do mercantilismo, estando completamente comprometido com a ideia de manter uma balança comercial favorável. Outras bibliotecas económicas, as de Rodrigo de Sousa Coutinho e do abade Correia da Serra, mais parecidas com a do contador-geral (ver anexo 2), eram também compostas por títulos publicados na segunda metade do século XVIII. No entanto, embora as três coleções sejam bastante ricas em títulos da década de 1750, a de Pereira de Faria denota uma redução do número de volumes publicados na década de 1760 (ver gráfico 5), a última do seu catálogo. O ritmo de aquisição diminuiu de forma transversal e afetou

32 *Projeto sobre o Estado da Índia e uma Companhia de Comércio*. Biblioteca Nacional de Portugal, PBA, cod. 717, fols. 6-9.

GRÁFICO 5
Livrarias económicas: Marquês de Pombal vs Manuel Pereira de Faria
(anos de publicação das obras)



Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

todas as categorias do saber, o que poderá ter sido resultado dos múltiplos compromissos profissionais que desviaram a sua atenção. Relembre-se que Pereira de Faria deu entrada no Erário Régio no início de 1762, e não deixou de se queixar do muito trabalho que tinha.[33]

Como também acontece com as bibliotecas de Rodrigo de Sousa Coutinho e do abade Correia da Serra (Cardoso, 2019, 2026), o francês é a língua dominante da literatura económica. Mais de ⅔ dos títulos da biblioteca foram publicados em francês, o que confirma o predomínio desta língua na disseminação da cultura económica europeia do século XVIII. O inglês aparece igualmente bem representado, com 16 títulos que revelam diferentes formas de apreender a realidade económica. Esse grupo inclui autores completamente comprometidos com o bulionismo e o protecionismo e com a centralidade da balança do comércio, como eram os casos de Charles Davenant e Matthew Decker (1679--1749) (presentes nas bibliotecas de Sousa Coutinho e de Correia da Serra); e ainda outros que reavaliaram criticamente a abordagem mercantilista e que estão, de alguma forma, na antecâmara da nova economia política. Merecem destaque, a esse respeito, William Petty e Josiah Tucker (1713-1799), ambos surpreendentemente ausentes das bibliotecas de Sousa Coutinho e de Correia da Serra. Petty, em especial, deu contributos significativos para a teoria geral do valor (no seu caso, somente relacionada com terra e trabalho), para a teoria quantitativa do dinheiro (centrando-se na importância da circulação

33 Carta para António Estanislau Couzie, de 15 de novembro de 1777. Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Erário Régio, 4354, pp. 163-169.

monetária), para a construção da ideia de divisão do trabalho (inspirado pelos exemplos a que assistiu em estaleiros navais) e para a defesa da liberdade de comércio, revelando notória hostilidade a monopólios que produziam inflação. Não é por acaso que Petty foi uma das principais referências de Richard Cantillon (1680-1734), cuja obra viria a exercer uma influência decisiva em Mirabeau e nos fisiocratas.

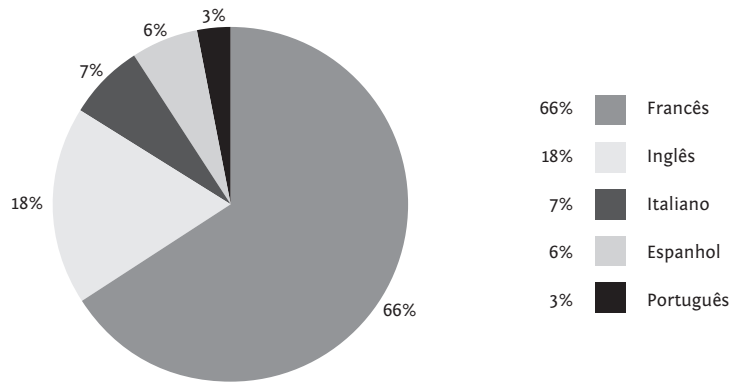
Ainda que Manuel Pereira de Faria se tivesse abstido de produzir reflexões económicas com grande alcance teórico e doutrinal, ou sequer de referenciar autoridades nos seus escritos, não é de excluir a possibilidade de o contador-geral ter encontrado inspiração nos *Several Essays on political arithmetic* (edição de 1755) quando comentou as desvantagens gerais da formação de companhias monopolistas, centrando a sua crítica na redução da atividade económica que elas geravam.[34]

Os locais de impressão dos títulos refletem também a influência de França na produção de novas ideias económicas. Como acontecia aos outros títulos do conjunto mais recente da biblioteca – e a literatura económica era especialmente recente, como se referiu acima – havia um protagonismo dos impressores franceses, e sobretudo dos impressores parisienses. De notar, todavia, que o predomínio dos impressores franceses ficava aquém do protagonismo do francês como língua de publicação, na medida em que muitos escolhiam publicar em francês mesmo que estivessem noutras cidades europeias. Havia, garantida e justificadamente, a noção de que uma obra publicada em francês alcançava um público mais vasto. A este tipo de estratégia editorial devem juntar-se os esforços de tradução para francês há muito assinalados pela historiografia, destacando-se a ação do círculo de Vincent de Gournay, que encomendou traduções de vários autores ingleses e espanhóis, incluindo John Cary (1649--1719/1722), Josiah Child (1630-1699), Jerónimo de Uztáriz (1670-1732) ou Bernardo de Ulloa (1682-1740) (estão todos presentes na biblioteca de Pereira de Faria).

Como mostrou recentemente Sophus Reinert (2011), o caso de John Cary revela com especial acuidade a importância das traduções no contexto das Luzes. *An essay on the state of England* (1695) adquiriu uma projeção que jamais poderia ter passado pela cabeça do seu autor. Tudo graças a Georges-Marie Butel-Dumont (1725-1788), Genovesi e Christian Wichmann (1735-1807) que, movidos pelo desejo de emular/copiar o sucesso comercial britânico, traduziram a obra para francês (1755), italiano (1757) e

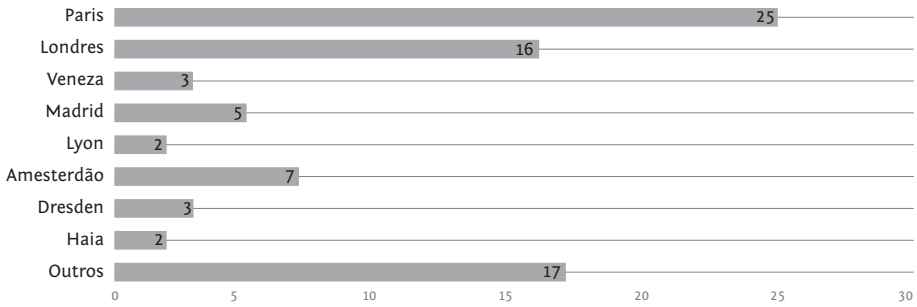
34 Sobre os prejuízos que podem resultar, para a Fazenda Real, do estabelecimento de Companhias Exclusivas de Comércio, particularmente o caso da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. AHU_CU_PARÁ, Cx. 76, D. 6400.

GRÁFICO 6
Estante Económica – Língua de edição.



Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

GRÁFICO 7
Estante Económica – Cidade de impressão.



Fonte: *Catálogo dos livros de Manoel Pereira de Faria, contador Geral do Erario Regio* [...]. Biblioteca Nacional de Portugal, Reservados, códice 7472.

alemão (1788), ampliando-a e, crucialmente, atualizando-a e adaptando-a às circunstâncias e interesses que seriam familiares ao público-alvo.

Porque seguiu escrupulosamente as instruções que recebeu da Real Mesa Censória, o contador-geral não estabeleceu categorias próprias para arrumar as suas obras. A estante económica merece, todavia, ser apresentada nas suas componentes mais distintivas, ainda que se reconheçam os riscos de semelhante exercício de seleção. Nesse sentido, e sem prejuízo de outros apartados

poderem vir a ser criados em futura pesquisa, proponho as seguintes subcategorias:

- Comércio, agricultura e indústria (inclui principais trabalhos sobre economia política)
- Crédito e moeda
- Dicionários e enciclopédias
- Práticas de contabilidade
- Legislação económica e fiscal
- Periódicos

No primeiro grupo encontramos alguns nomes ligados ao mercantilismo seiscentista, mas também muitos daqueles que, entretanto, tinham desenvolvido uma visão menos rígida sobre as relações económicas, que colocavam no centro das suas reflexões o agente económico liberto da tutela do Estado e que davam prioridade à produção e circulação de riqueza, que ia muito para além dos metais preciosos. Como a historiografia tem sugerido, emergiu também uma ideia que consagrava as virtudes morais do comércio, gerador de riqueza e promotor de sociabilidade. O homem, como ser não-social, civilizava-se por via do comércio. Isto é muito visível em Montesquieu, que não está presente na biblioteca de Manuel Pereira de Faria, mas também é notório em Jean-François Melon (1675-1738), que estava numa cópia de 1736 (a versão original é de 1734). O seu *Essai politique sur le Commerce*, apesar de não introduzir a grande sofisticação conceptual que Turgot (1727--1781) encontrou em autores posteriores (Groenewegen, 2002, p. 35), destacou-se por exemplo pela oposição que montou à manutenção de legislação sumptuária.

Véron de Forbonnais (1722-1800) é um dos sete autores simultaneamente presentes nas bibliotecas de Manuel Pereira de Faria, de Sousa Coutinho e de Correia da Serra. Forbonnais foi um dos mais influentes economistas de meados do século XVIII, não só pelo que escreveu, mas também pelas traduções que realizou de Jerónimo de Uztáriz e de Charles King (esta última tradução, intitulada *Le Negociant Anglois, ou traduction libre du livre intititulé The British Merchant*, está também na biblioteca de Pereira de Faria). Forbonnais esteve envolvido na redação de vários artigos para a *Encyclopédie* de Diderot e de d'Alembert, incluindo sobre colónias, comércio, câmbios e companhias de comércio, e foi um membro muito ativo do grupo de Gournay, juntamente com o seu primo Plumard de Dangeul, que, por sua vez, traduziu *Restablecimiento de las fabricas y Comercio español* de Bernado de Ulloa (Guasti, 2014). Contribuiu, por essa via também, para a definição de uma linguagem

económica, que era um dos objetivos do grupo de Gournay (Perrot, 1992), e para a subsequente autonomização da disciplina.

Forbonnais viria a ser afastado do projeto da *Encyclopédie* em resultado do ascendente crescente, mas temporário, dos fisiocratas, sobretudo de François Quesnay, no âmbito do projeto editorial de Diderot e de d'Alembert. Na biblioteca de Pereira de Faria, todavia, os temas ligados à agricultura, decisivos no pensamento fisiocrático, são um pouco secundários. Os fisiocratas estão aí maioritariamente representados pelo livro *L'ami des hommes: ou Traité de la population* (1754), do marquês de Mirabeau (1715-1789).

Quem não falta na estante económica é Richard Cantillon, cuja obra apresenta um panorama integrado do comércio que revela a interdependência entre classes, população, produção, circulação, valor e moeda, constituindo assim o primeiro tratado geral sobre economia. O *Essai sur la Nature du Commerce en Général* de Cantillon, que permaneceu manuscrito desde o início da década de 1730 até 1755, ofereceu também uma visão da economia como um mundo que poderia ser descrito por meio de leis teóricas, nomeadamente no que tocava a teorias do valor (muito ligado à terra), velocidade do dinheiro e relação do crescimento da população com o desenvolvimento económico. Não é por acaso que foi das poucas fontes simultaneamente citadas e discutidas por Adam Smith e por Turgot, que era proprietário de um exemplar de *Essai sur la Nature du Commerce* (Groenewegen, 2002, pp. 26-27). Em Portugal, a obra fazia também parte da biblioteca de Correia da Serra, mas curiosamente está ausente da estante económica de Rodrigo de Sousa Coutinho.

Na estante, notam-se muito as ausências dos autores italianos que alcançaram mais notoriedade neste período: Antonio Genovesi, já referido, e Ferdinando Galiani (1728-1787). O caso de Galiani será especialmente surpreendente por conta dos seus textos sobre moeda e circulação monetária que pareciam interessar muito a Pereira de Faria, e que aqui se arrumam numa categoria à parte. Sob a rubrica crédito e moeda vamos encontrar o livro de Carli-Rubbi (1720-1795), *Dissertazione delle monete, delle istituzioni delle zecche d'Italia*, publicado em Mântua em 1754, e os anónimos *Dell'indole, e qualità naturali, e civili della moneta e de'principi istorici e naturali de'contratti* (1750) e *Nuovo trattato del modo di regolare le monete* (1752), atribuídos a Giovanni Antonio Fabbrini e a Pietro Andrea Cappello (1681-1754), respetivamente. Todos presentes na biblioteca de Pereira de Faria, estes títulos mergulham no caos financeiro de algumas cidades italianas e criticam as práticas de depreciação intencional de moedas.

Existe depois uma outra subcategoria que trata de temas económicos e que, apesar de não avançar grande novidade teórica, procura recolher e organizar o conhecimento de forma sistemática. Seguindo o impulso enciclopedista

característico das Luzes (e.g., Yeo, 1991, 2001), a biblioteca contém vários dicionários, vocabulários ou enciclopédias mais genéricos como é o caso de *Vocabulario Português e Latino* (1712-1721) de Rafael Bluteau, ou mais centrados em matérias específicas, como é o caso do *Le Grand dictionnaire géographique et critique* (1739), de Antoine-Augustin Bruzen de La Martinière, e sobretudo de *Cyclopaedia, or, An universal dictionary of arts and sciences containing an explication of the terms, and an account of the things signified thereby, in the several arts, both liberal and mechanical, and the several sciences, human and divine* (1751) de Ephraim Chambers, que se tornou um dos trabalhos de referência do período inicial das Luzes e a inspiração para a *Encyclopédie* de Diderot e de d'Alembert.

Especificamente na estante económica encontramos quatro títulos de natureza dicionarista ou enciclopédica. Para além dos cinco volumes do conhecidíssimo *Dictionnaire Universel du Commerce* (1751) de Savary des Bruslons, Pereira de Faria era ainda proprietário do *Lex Mercatoria Rediviva: Or, The Merchant's Directory: Being a Complete Guide to All Men in Business* (1752), de Wyndham Beawes; do *New Dictionary of trade and Commerce* [*compiled from the information of the most eminent merchants, and from the works of the best writers on commercial subjects, in all languages*] (1756), de Richard Rolt; e do *Manuel historique, geographique et politique des négocians, ou Encyclopédie portative de la théorie et de la pratique du commerce* (1762), de Jean Paganucci. Todas estas obras são empreendimentos massivos e repletos de informação. Por exemplo, a enciclopédia de Paganucci, um livreiro de Lyon amigo dos abades Raynal e Rozier, tem 9500 entradas.

Uma parte da biblioteca que tinha especial utilidade para Pereira de Faria dizia respeito aos títulos sobre fiscalidade e práticas de contabilidade. O contador-geral tinha cinco obras exclusivamente dedicadas às partidas dobradas, incluindo o *Book-keeping methodiz'd: or, a methodical treatise of merchant-accompts, according to the Italian form* (1736), de John Mair (1702-1769), que se tornou o manual de referência no ensino comercial britânico e norte-americano por mais de meio século (Vine, 2025, p. 49). Aqui, a biblioteca torna-se absolutamente profissional e mostra que ela seria muito mais do que um sinal de estatuto ou um espaço de erudição descontraída.

É bem certo que estes títulos não encaixam na definição de literatura económica. No entanto, o que eles tratam – a transformação dos registos contabilísticos ocorrida entre os séculos XV e XVII – está no centro de uma verdadeira revolução no mundo dos negócios. A introdução do rigor e da estandardização nos registos contabilísticos deu origem ao que já foi designado "tecnologia de confiança" e contribuiu para o florescimento do comércio europeu (Vine, 2025, pp. 31-38). Schumpeter não os incluiu na sua *History of Economic*

Analysis (1954), mas não deixou de sublinhar que os desenvolvimentos da cultura mercantil contribuíram para a emergência dos rudimentos de economia (Schumpeter, 1954, pp. 156-157).[35] Já foi inclusivamente referido – não sem controvérsia – que esta racionalização dos negócios está na origem do moderno conceito de capital.[36]

Foi essa racionalização mercantil que Sebastião de Carvalho e Melo quis difundir no país. Fê-lo no contexto da Aula do Comércio, criada em 1759 para instruir o corpo mercantil português, ainda que com sucesso questionável na medida em que a prática das partidas dobradas não era integralmente seguida pelos principais negociantes da praça de Lisboa (Pedreira, 1995, III, p. 406). E fê-lo aquando da criação do Erário Régio, em 1761-1762. Será muito possível, como já se notou, que Manuel Pereira de Faria tivesse sido recrutado em 1762 por conta da sua familiaridade com esse tipo de saber.

No Erário Régio, Pereira de Faria era, contudo, muito flexível nas recomendações que fazia. Por exemplo, em carta para Manuel da Cunha de Meneses, governador de Pernambuco entre 1769 e 1774, escreveu:

> As instruções que vão para a escrituração dos livros são muito mais símplices e mais fáceis de executar que as que fiz para a contadoria da Bahia; porque me acomodei ao que facilmente pudessem executar os oficiais da fazenda, que até ao presente fizeram as contas e ao que fosse bastante assim para constar na junta claramente o estado das rendas…[37]

Era importante adaptar a regulamentação do Erário às limitações do aparelho fiscal da colónia. Não fazia sentido exigir a observação integral do *Book-keeping methodiz'd*… de John Mair quando a coroa não dispunha de funcionários suficientemente habilitados. De resto, no mesmo documento, o contador-geral sugere que se recorra ao guarda-livros da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba para resolução dos problemas contabilísticos mais complexos. O que lhe parecia fundamental era "promover e animar o dito negócio interior, ainda nos ramos mais miúdos e tratados por assim me explicar pelos aventureiros, porque daí," segundo ele, procedia "a maior produção" (*ibid*.).

Deve ainda fazer-se referência a dois outros conjuntos de documentos da estante económica de Pereira de Faria e que terão contribuído para a sua

35 Ver discussão deste tema em Pedreira (1995, III, pp. 408-409).

36 Esta proposta foi avançada originalmente por Werner Sombart (1863-1941) há mais de cem anos, e tem gerado imenso debate desde então. Para uma revisão crítica desta literatura, ver Chiapello (2007), entre outros.

37 Carta para Manuel da Cunha Meneses, 6 de abril de 1769. AHTC, ER, 4354, pp. 31-34.

formação intelectual. Por um lado, ganha destaque a legislação económica e fiscal publicada em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente em França. Esses são os casos dos *Regimentos e Ordenacçoens da Fazenda*, publicados em 1548, e da *Ordonnance de la Marine, du mois d'Août 1681. Commentée et conférée sur les anciennes ordonnances, le droit romain, & les nouveaux règlemens*, publicados em Paris, em 1756. Por outro lado, emergem publicações periódicas, parcial ou quase exclusivamente dedicadas a matérias económicas, relacionadas com comércio, agricultura e indústria. Esse é o caso dos *Essais de la Société de Dublin*, traduzidos e publicados em Paris em 1759, do *Journal de Commerce*, publicado em Bruxelas também em 1759, e muito especialmente dos 28 volumes que Pereira de Faria possuía do *Journal oeconomique, ou Mémoires, notes et avis sur les arts, l'agriculture, le commerce* (1751-1772). Já considerado o "Dean of all titles", o *Journal oeconomique* foi uma plataforma decisiva para a transmissão de novas ideias económicas sobretudo a partir de 1754, quando o grupo do já referido Vincent de Gournay assumiu a liderança do projeto e o dedicou sobretudo à nova ciência do comércio (Orain, 2013, pp. 567-568).

Os múltiplos volumes deste periódico apontam, a meu ver, para um ávido leitor, interessado em manter-se cuidadosamente atualizado. O que fica menos clara é a forma como o *Journal oeconomique*, e o seu diretor Butel-Dumont (outro membro do grupo de Gournay), influenciava o pensamento económico de Pereira de Faria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MOBILIZAÇÃO DE SABERES

Este texto procurou mostrar que a apropriação de ideias económicas em Portugal não foi um desenvolvimento tardio. O caso de Manuel Pereira de Faria mostra que não foi preciso esperar pelo final do século XVIII para que a economia política emergisse em Portugal. Quase trinta anos antes das bibliotecas particulares de Rodrigo de Sousa Coutinho e do abade Correia da Serra, já existiam em Portugal bibliotecas com extraordinárias coleções de literatura económica muito atualizada. Tenho atualmente em curso uma pesquisa sobre os colegas de Pereira de Faria no Erário, cujos resultados preliminares parecem confirmar que Pereira de Faria não era um caso isolado.

Isto não significa que existisse, no Portugal da década de 1750, um ambiente de intensa troca de ideias entre um universo mais ou menos alargado de indivíduos, como viria a acontecer no contexto dos trabalhos da Academia das Ciências de Lisboa, a partir de 1779. Também não existem sinais de sectarismo intelectual precoce. Como acontecia noutros países que funcionavam sobretudo como *net importers* de ideias económicas, a estante económica de

Pereira de Faria reflete a acomodação e o entrelaçamento de diferentes leituras da realidade económica. Não havia espaço para compromissos definitivos com uma determinada interpretação da realidade económica: ainda que Pereira de Faria pareça mais interessado no comércio e na fiscalidade – áreas de intervenção profissional – do que na indústria ou na agricultura, dificilmente o contador-geral levantaria objeções de princípio a interpretações fisiocráticas.

O que ainda fica por confirmar é em que medida Pereira de Faria mobilizava estes saberes quando tinha oportunidade de o fazer. Os conselhos que oferecia enquanto contador-geral revelam alguém que tinha, naturalmente, familiaridade com matérias económicas. Por exemplo, como se pode ver abaixo, na correspondência de Pereira de Faria com D. António de Lencastre, governador de Angola entre 1772 e 1779, encontramos enfoques na ideia de circulação e giro do comércio que poderíamos remeter para Gournay ou Cantillon.

Principiando por uma ideia geral que Vossa Excelência sabe muito melhor do que eu que o aumento dos direitos reais, ainda nos que dependem do físico dos climas, provém sempre da maior circulação, da maior facilidade, e do maior aumento do comércio.[38]

Mais à frente, Pereira de Faria acrescentou, apontando para a necessidade de se evitarem os obstáculos a essa "maior circulação":

> Do que fica dito se vê que é um objeto da maior importância ocorrer prontamente a tudo o que se pode opor ao fácil curso do negócio, tanto no interior dos sertões como nas Praças: porque pouco importará que os gentios se cativem muito uns aos outros, se os que vão e vêm aos resgates, e se os negociantes que confiam as suas fazendas e a pessoas tão incultas (e mal seguras) forem de qualquer modo vexados.[39]

Pereira de Faria parece, inclusivamente, desligar-se da sua função fundamental, agente do Fisco, para defender a importância do mercado e da concorrência. E isto é notável tendo em consideração os propósitos da sua cooptação para o Erário Régio. No entanto, tais testemunhos, que foram aqui aflorados, carecem definitivamente de mais investigação. Importa também buscar sinais adicionais da sua influência nos órgãos de decisão da monarquia e de contactos com Pombal, a quem devia o lugar que ocupava na administração financeira do reino.

38 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Erário Régio, 4354, pp. 70-77.

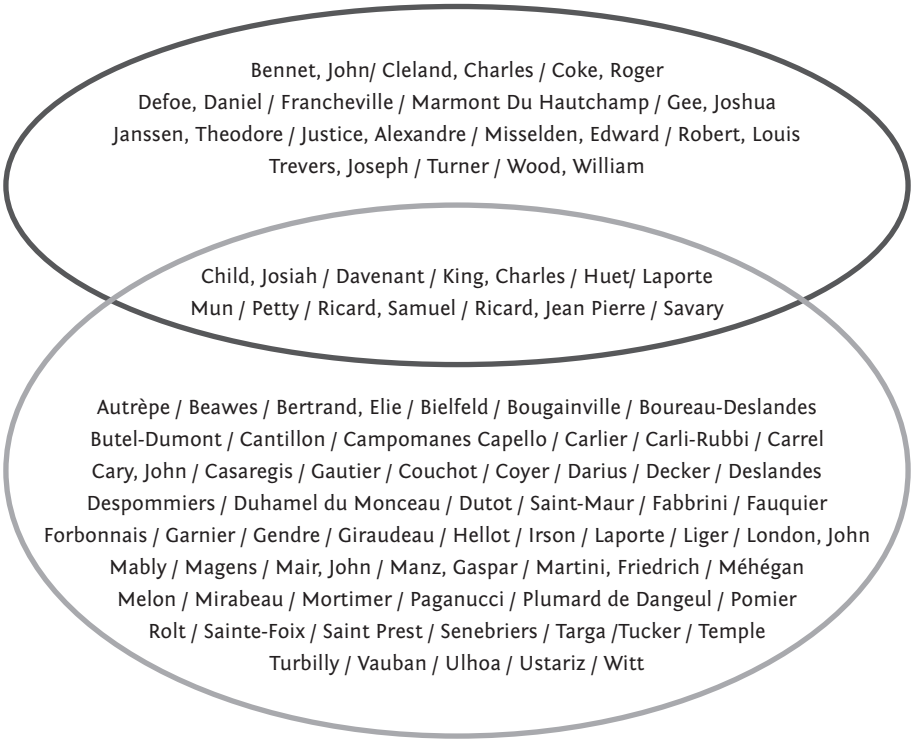
39 Arquivo Histórico do Tribunal de Contas, Erário Régio, 4354, pp. 70-77.

AGRADECIMENTOS

Este artigo beneficiou de financiamento nacional através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., no âmbito dos projetos UID/50013/2025 e LA/P/0051/2020. O autor gostaria de agradecer aos avaliadores anónimos e aos editores da *Análise Social* pelas suas críticas construtivas e pelos comentários a uma versão anterior deste texto. Agradece igualmente aos membros do GI Memória, História e Sociedade e, em especial, a José Luís Cardoso, pela generosa disponibilidade para discutir as ideias desenvolvidas neste artigo.

ANEXO 1

LIVRARIAS ECONÓMICAS: UMA COMPARAÇÃO



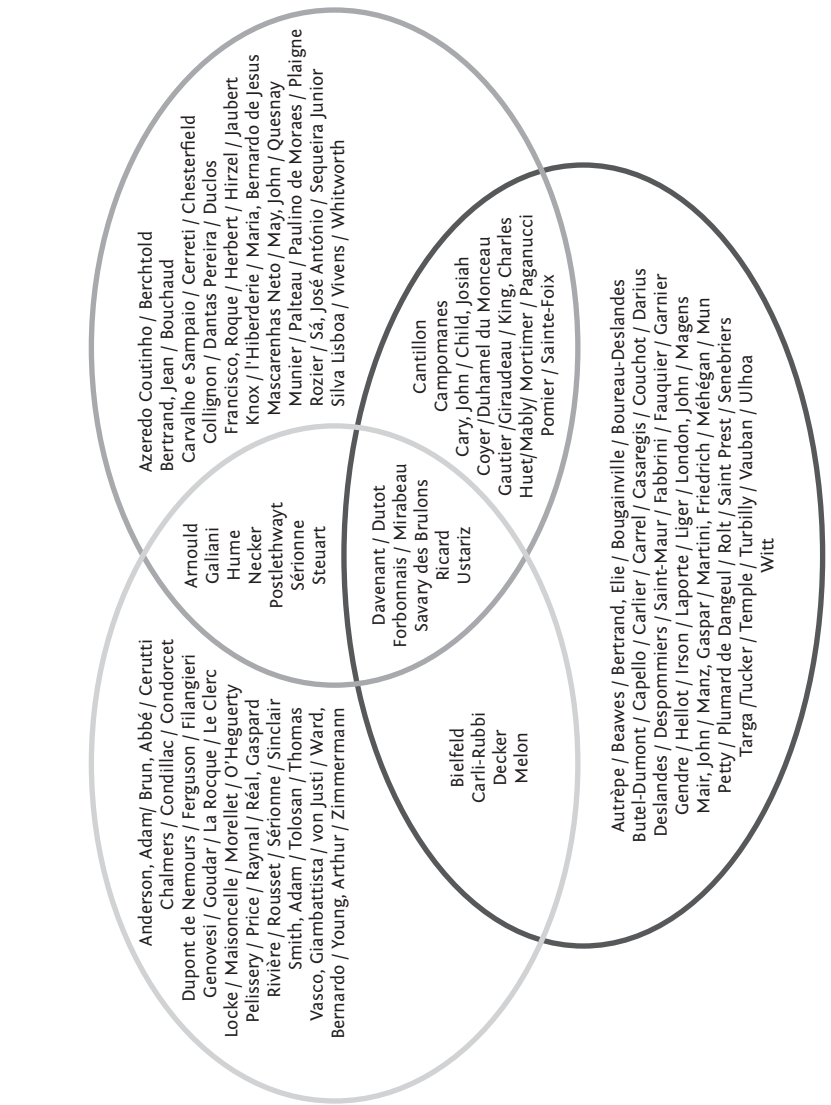
Autores nas livrarias de:

Sebastião de Carvalho e Melo, 1743

Manuel Pereira de Faria, 1769

ANEXO 2

LIVRARIAS ECONÓMICAS: UMA COMPARAÇÃO



Autores nas livrarias de:

- Rodrigo de Sousa Coutinho, 1792 (Cardoso 2019)
- Abade Correia da Serra, 1796 (Cardoso, no prelo)
- Manuel Pereira de Faria, 1769

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, A. C. (1999a), "Dirigismo cultural e a formação das elites no pombalismo". *In O Marquês de Pombal e a Sua Época, Atas do Colóquio o Século XVIII e o Marquês de Pombal*, Oeiras e Pombal, Câmara Municipal de Oeiras e Câmara Municipal de Pombal, pp. 423--443.

ARAÚJO, A. C. (1999b), "Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII". *Revista de História das Ideias*, 20, pp. 149-185.

ARAÚJO, A. C. (2003), *A Cultura das Luzes em Portugal. Temas e Problemas*, Lisboa, Livros Horizonte.

BARRETO, J. (1986), *Escritos Económicos de Londres: 1741-1742. Sebastião José de Carvalho e Melo*, seleção, introdução e notas de José Barreto, Lisboa, Biblioteca Nacional.

BIVENS-TATUM, W. (2011), *Libraries and the Enlightenment*, Los Angeles, CA, Library Juice Press.

BLOM, H. (2020), "Philosophie ou commerce? L'évolution des systèmes de classement bibliographique dans les catalogues de bibliothèques privées publiés en France au XVIIIe siècle". *In* F. Barbier, I. Monok, A. Seidler (eds.), *Les bibliothèques et l'économie des connaissances / Bibliotheken und die Ökonomie des Wissens 1450-1850*, Budapeste, Magyar Tudományos Akadémia Könyvtár és Információs Központ, pp. 203-234.

BOSCHI, C. (2006), "Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego". *In* E. Dutra, J. Y. Mollier (orgs.), *Política, Nação e Edição: O Lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*, São Paulo, Annablume, pp. 495-510.

CAMARINHAS, N. (2009), "Bibliotecas particulares de magistrados no século XVIII". *Oficina da Inconfidência*, 6 (5), pp. 13-31.

CAMPOS, F. M. G. (2020), "Livros e leituras do arquiteto Manuel Caetano de Sousa". *Mátria Digital*, 7, pp. 669-697.

CAMPOS, F. M. G. (2021), "Até ao final: a presença dos livros no Convento de Nossa Senhora da Piedade da Caparica". *Lusitania Sacra*, 44, pp. 89-110.

CAMPOS, F. M. G. (2024), "As bibliotecas religiosas e o controlo da Real Mesa Censória: contexto e circunstâncias". *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Classe de Letras*, XLVI, pp. 210-223.

CAMPOS, F. M. G. et al. (eds.) (1999), *A Casa Literária do Arco do Cego. Bicentenário*, Lisboa, Biblioteca Nacional e Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CARDOSO, J. L. (ed.) (1987), *Memórias Económicas Inéditas (1780-1808)*, Lisboa, Academia das Ciências.

CARDOSO, J. L. (1989), *O Pensamento Económico em Portugal nos Finais do Século XVIII, 1780--1808*, Lisboa, Editorial Estampa.

CARDOSO, J. L. (ed.) (1990-1991), *Memórias Económicas da Real Academia das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas*, 5 vols., Lisboa, Banco de Portugal.

CARDOSO, J. L. (2017), "Circulating economic ideas: adaptation, appropriation, translation". *In* A. M. Cunha, C. E. Suprinyak (eds.), *The Political Economy of Latin American Independence*, Nova Iorque, Routledge, pp. 32-40.

CARDOSO, J. L. (2019), "D. Rodrigo de Sousa Coutinho em Turim: cultura económica e formação política de um diplomata ilustrado". *In* I. F. Mota, C. E. Spantigati (eds.), *Tanto ella assume*

*novitate al fianco: Lisboa, Turim e o Intercâmbio Cultural do Século das Luzes à Europa Pós-Napoleónic*a, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 19-48.

CARDOSO, J. L. (2025), "Ciência, poder e império: a Casa Literária do Arco do Cego e os projetos de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o Brasil (1796-1803)". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 186 (497), pp. 83-102. https://doi.org/10.23927/revihgb.v.186.n.497.2025.170.

CARDOSO, J. L. (2026), "A estante de economia de José Correia da Serra". *Ler História*, 88. https://doi.org/10.4000/15xof.

CARVALHO, R. (1956), "Portugal nas *Philosophical Transactions* nos séculos XVII e XVIII". *Revista Filosófica*, 15 e 16.

CARVALHO, R. (1985), *Astronomia em Portugal no Século XVIII*, Lisboa, Sá da Costa.

CHARLES, L. (2011), "Le cercle de Gournay: usages culturels et pratiques savantes". *In* L. Charles, F. Lefebvre, C. Théré (eds.), *Le cercle de Vincent de Gournay. Savoirs économiques et pratiques administratives en France au milieu du XVIIIe siècle*, Paris, INED, pp. 63-87.

CHIAPELLO, E. (2007), "Accounting and the birth of the notion of capitalism". *Critical Perspectives on Accounting*, 18 (3), pp. 263-296.

COUTINHO, M. C. (2023), "The transition to post-colonial economy". *In* R. Bielschowsky, M. Boianovsky, M. C. Coutinho (eds.), *A History of Brazilian Economic Thought. From Colonial Times through the Early 21st Century*, Nova Iorque, Routledge, pp. 65-85.

CUNHA, A. M. (2010), "Police science and cameralism in Portuguese enlightened reformism: economic ideas and the administration of the state during the second half of the 18th century". *e-JPH*, 8 (1), pp. 1-12.

CURTO, D. R. (2007), "D. Rodrigo e a Casa Literária do Arco do Cego". *In* D. R. Curto, *Cultura Escrita, Séculos XV a XVIII*, Lisboa, ICS, pp. 239-280.

CURTO, D. R., GONÇALVES, P. (2015), *Livros dos Séculos XVI a XVIII da Biblioteca do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa, BNP e Instituto Diplomático.

DARNTON, R. (1979), *The Business of Enlightenment: A Publishing History of the Encyclopédie, 1775-1800*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

DARNTON, R. (2007), "What is the history of books? Revisited". *Modern Intellectual History*, 4 (3), pp. 495-508. https://doi.org/10.1017/S1479244307001370.

DIAS, J. S. S. (2006 [1952]), *Portugal e a Cultura Europeia: Sécs. XVI a XVIII*, Porto, Campo das Letras.

EDELSTEIN, D. (2010), *The Enlightenment: A Genealogy*, Chicago, IL, University of Chicago Press.

EIGENAUER, J. D. (2019), "A meta-analysis of critiques of Jonathan Israel's *Radical Enlightenment*". *The Historian*, 81 (3), pp. 448-471. https://doi.org/10.1111/hisn.13200.

ENGELSING, R. (1974), *Der Bürger als Leser: Lesergeschichte in Deutschland, 1500-1800*, Estugarda, J. B. Metzlersche Verlagsbuchhandlung.

GROENEWEGEN, P. (2002), *Eighteenth-century Economics. Turgot, Beccaria and Smith and their Contemporaries*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

GUASTI, N. (2014), "Véron de Forbonnais and Plumard de Dangeul as translators of Uztáriz and Ulloa". *History of European Ideas*, 40 (8), pp. 1067-1086. https://doi.org/10.1080/01916599.2014.968337.

ISRAEL, J. (2001), *Radical Enlightenment: Philosophy and the Making of Modernity 1650-1750*, Oxford, Oxford University Press.

ISRAEL, J. (2006), *Enlightenment Contested: Philosophy, Modernity and the Emancipation of Man 1670-1752*, Oxford, Oxford University Press.

ISRAEL, J. (2011), *Democratic Enlightenment: Philosophy, Revolution and Human Rights 1750--1790*, Oxford, Oxford University Press.

KAFKER, F. (1988), "Some observations on five interpretations of the *Encyclopédie*". *Diderot Studies*, 23, pp. 85-100.

LISBOA, J. L. (1993), "O papel da história entre os leitores do século XVIII". *Ler História*, 24, pp. 5-16.

MARTINS, M. T. P. (2001), *A Censura Literária em Portugal nos Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

MATIAS, E. M. H. V. (1988), *As Academias Literárias Portuguesas dos Séculos XVII e XVIII*. Tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MONTOYA, A. (2021), "Enlightenment? What Enlightenment? Reflections on half a million books (British, French, and Dutch private libraries, 1665-1830)". *Eighteenth-Century Studies*, 54 (4), pp. 909-934. https://doi.org/10.1353/ecs.2021.0097.

ORAIN, A. (2013), "Le *Journal œconomique*, le cercle de Gournay et le pouvoir monarchique: quelques preuves matérielles d'un lien organique". *Dix-huitième siècle*, 45 (1), pp. 565-583. https://doi.org/10.3917/dhs.045.0565.

OUTRAM, D. (2014), *The Enlightenment*, Cambridge, Cambridge University Press.

PEDREIRA, J. M. (1995), *Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755--1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social*. Tese de doutoramento, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.

PERROT, J. C. (1992), *Une histoire intellectuelle de l'économie politique*, Paris, EHESS.

REINERT, S. (2011), *Translating Empire: Emulation and the Origins of Political Economy*, Cambridge, MA e Londres, Harvard University Press.

ROBERTSON, J. (2013), "Enlightenment, public sphere and political economy". *In* J. Astirraga, J. Usoz (eds.), *L'économie politique et la sphère publique dans le débat des Lumières*, Paris, Casa de Velázquez, pp. 9-32. https://doi.org/10.4000/books.cvz.19389.

ROCHE, D. (2000), *France in the Enlightenment*, Cambridge, MA, Harvard University Press.

SCHUMPETER, J. (1954), *History of Economic Analysis*, Nova Iorque, Oxford University Press.

SCOTT, H. M. (1990), "Introduction: the problem with Enlightened Absolutism". *In* H. M. Scott (ed.), *Enlightened Absolutism. Reform and Reformers in Later Eighteenth-century Europe*, Londres, MacMillan, pp. 1-35.

SERRÃO, J. V. (1986), "Pensamento económico e política económica no período pombalino. O caso de Ribeiro Sanches". *Ler História*, 9, pp. 3-39.

SOUSA, J. R. M. C. (1785), *Systema, ou Collecção dos Regimentos Reaes*, tomo III, Lisboa, Oficina de Francisco Borges de Sousa, pp. 451-473.

THÉRÉ, C. (1998), "Economic publishing and authors, 1566-1789". *In* G. Faccarello (ed.), *Studies in the History of French Political Economy*, Nova Iorque, Routledge, pp. 1-47.

TORRANCE, J. (1978), "Social class and bureaucratic innovation: the commissioners for examining the public accounts 1780-1787". *Past & Present*, 78, pp. 56-81.

VILLALTA, L. C. (2015), *Usos do Livro no Mundo Luso-Brasileiro sob as Luzes: Reformas, Censura e Contestações*, Belo Horizonte, Fino Traço.

VINE, A. (2025), *Early Modern Merchants and their Books*, Oxford, Oxford University Press.

WEGNER, R. (2004), "Livros do Arco do Cego no Brasil colonial". *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, 11 (1), pp. 131-140. https://doi.org/10.1590/S0104-59702004000400007.

WITTMANN, R. (1999), "Was there a Reading Revolution at the end of the Eighteenth Century?". *In* G. Cavallo, R. Chartier (eds.), A *History of Reading in the West*, Amherst, MA, University of Massachusetts Press, pp. 284-312.

YEO, R. (1991), "Reading encyclopedias: science and the organization of knowledge in British dictionaries of arts and sciences, 1730-1850". *Isis* 82 (1), pp. 24-49.
YEO, R. (2001), *Encyclopaedic Visions: Scientific Dictionaries and Enlightenment Culture*, Cambridge, Cambridge University Press.

Recebido a 2-03-2026. Aceite para publicação a 18-10-2026.

CRUZ, M. D. (2026), "A receção das Luzes e a circulação de ideias económicas: a formação da primeira biblioteca económica portuguesa?". *Análise Social*, 261, LXI (4.º), e45675. https://doi.org/10.31447/45675.

Miguel Dantas da Cruz » miguel.cruz@ics.ulisboa.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » https://orcid.org/0000-0001-7466-3251.